



A AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS DO IDEB E AS POLÍTICAS PÚBLICAS ADOTADAS PELO SISTEMA EDUCACIONAL

Joelma de Souza Costa Mendes¹

RESUMO

Nos últimos tempos, o termo qualidade ganhou destaque na Educação Brasileira e constituiu a síntese de preocupação de educadores e formuladores de políticas públicas de educação. Dessa forma, foram iniciadas políticas de avaliação educacional, com o objetivo de assegurar padrões mínimos de aprendizagem dos alunos. A qualidade de ensino atrelada à avaliação externa permite-nos vislumbrar o quanto é importante, no momento atual, analisar a concretude do que se instaura na educação escolar e na aprendizagem do educando. Diante desta problemática, surgiu a necessidade de repensar sobre os resultados do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e as Políticas Públicas adotadas pelo Sistema Educacional. Esta pesquisa teve caráter descritivo, quantitativo transversal, realizado por meio de estudos, pesquisa bibliográfica em vários documentos e autores que tratam da importância da avaliação dos resultados do IDEB para garantir uma qualidade no aprendizado dos alunos.

Palavras – Chave: Avaliação; Resultados; Índice; Sistema Educacional; Políticas Públicas; Gestão escolar.

ABSTRACT

In recent times, the term quality has gained prominence in Brazilian Education and has constituted the synthesis of concern of educators and formulators of public education policies. Thus, educational assessment policies were initiated, with the objective of ensuring minimum standards of student learning. The quality of teaching linked to external evaluation allows us to glimpse how important it is, at the present time, to analyze the concreteness of what is established in school education and in the learning of the student. Faced with this problem, there was a need to rethink the results of the Basic Education Development Index (IDEB) and the Public Policies adopted by the Educational System. This research had a descriptive, quantitative, cross-sectional character, carried out through studies, bibliographic research in several documents and authors that deal with the importance of evaluating the results of the IDEB to ensure a quality in the students' learning.

Keywords: Evaluation; Findings; Index; Educational System; Public Policies; School management.

¹ Doutora em Ciências da Educação pela Universidade Autônoma de Assunção – UAA/Paraguai, possui mestrado em Ciências da Educação pela Universidade de Évora/PT, reconhecido pela Universidade de Brasília, de acordo com a Portaria Normativa MEC 22/2016 e Resolução do Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão nº161/2018, nos termos do parágrafo 3º do artigo 48 da Lei 9.394/96 e registrado sob o número 420, livro 6, folha 105, Processo número 23106.105367/2019-54. Tem Pós Graduação em Orientação Educacional, Metodologia do Ensino de Arte, Gestão Escolar, Formação Permanentes de Professores, Mídias da Educação, Graduada em Pedagogia, Graduada em Educação Artística (UNIFAP), Professora da Rede Estadual e Municipal de Ensino. Universidade Autônoma de Assunção – UAA. Email: joelmasmendes@uol.com.br



INTRODUÇÃO

Este trabalho se justifica pela necessidade de alcançar a meta de desempenho dos educandos, que hoje não é uma realidade, que através do IDEB, pode-se verificar que houve um índice muito baixo na maioria das escolas em todo país.

Nesse sentido, percebe a relevância de fazer a pesquisa para obter respostas que possam contribuir para o processo ensino aprendizagem, no desenvolvimento político e educacional, e ainda somos sabedores que a gestão escolar é fundamental para contribuir e mediar o processo de ensino, e alcançar o objetivo proposto, que até 2022 as escolas possam alcançar a nota 6.

A gestão educacional, neste contexto dinâmico em que o mundo se encontra, tem a necessidade de desenvolver novos conhecimentos, habilidades e atitudes, de forma a ultrapassar esta concepção de gestão como mera administração escolar. É necessário um esforço especial por parte da gestão escolar, no sentido de promover a articulação entre seu talento e energia humana, recursos e processos, visando à transformação dos seus alunos em cidadãos participantes da sociedade.

A gestão da escola tem sido apresentada como uma atividade de mediação dos processos de ensino, que contribui para a melhoria dos resultados das organizações escolares. É importante considerar que a forma como a escola se organiza em sua estrutura administrativa e política envolve uma gama de fatores importantes que determinam os rumos dos resultados.

E ainda, considerando a importância da gestão escolar como fator influente na qualidade da educação e, também, os impactos positivos e negativos causados pelo IDEB nas instituições de ensino, faz-se necessário o mapeamento de ações administrativas, bem como o modelo de gestão vigente, para vislumbrar uma possível correlação com o índice obtido.

Além disso, por entender que a qualidade da educação também é afetada por fatores extraclasse, é possível identificar atitudes administrativas que resultam em uma melhor qualidade de aprendizagem e, conseqüentemente, em melhores resultados obtidos nas avaliações externas.

Dessa forma, vale a pena levar em consideração um fator importante que é a avaliação das políticas educacionais, que necessita ser compreendida como



dever da gestão pública, como direito da sociedade em uma perspectiva democrática e como valioso instrumento para a qualidade da educação, desde que ofereça condições de subsidiar a formulação e a implementação de propostas e ações, não adotando a função de atividade fim.

Sendo assim, a relevância científica da pesquisa pode suscitar reflexões aos dados estatísticos apresentados no momento de divulgação do IDEB, pois ações e propostas de melhoria da qualidade educacional – como valorização docente, piso salarial compatível com a função, redução do número de estudantes por sala, bibliotecas e salas de informática bem equipadas, cursos de formação e aperfeiçoamento para os professores, e aumento do valor de financiamento da educação podem contribuir para a melhoria dos resultados do IDEB e também, romper com a lógica do capital e viabilizar estratégias de superação da desigualdade educacional.

A investigação pretende trazer como contribuições, subsídios a problematizações que permitam à formulação de novas perguntas, abordagens teórico-metodológicas, na tentativa de compreender essa gama de aspectos envolvidos na avaliação da aprendizagem escolar que se funda na aferição do IDEB.

BREVE HISTÓRICO SOBRE O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)

No Brasil, as avaliações de sistemas educacionais começaram a ser concretizadas no final da década de 1980, mais especificamente em 1988, com a proposição do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Público de 1º grau (SAEP), que lançou as bases para uma política de avaliação federal mais abrangente que, atualmente, atinge os diversos níveis de ensino. Dessa forma, consolidou-se o sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), onde previa a articulação entre as medidas de desempenho e resultado de estudos de contexto, tendo por objetivo central de promover uma avaliação externa e em larga escala da educação no Brasil, visando construir dois tipos de medidas, a primeira, da aprendizagem dos estudantes e, a segunda, dos fatores de contexto correlacionados com o desempenho escolar. Com a avaliação se pretende averiguar a eficiência dos sistemas no processo de ensino aprendizagem e a equidade da educação oferecida em todo país (MEC, 2012).



O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), do Ministério de Educação (MEC) em 2007, para medir a qualidade da educação básica no Brasil. Trata-se de uma escala de zero a dez para avaliar metas bianuais para os sistemas municipais e estaduais, até o ano de 2022.

Um sistema educacional eficaz é aquele em que os alunos aprendem, passam de ano e concluem a Educação Básica. Esta é uma afirmação de que poucos vão discordar, entretanto, a maioria dos sistemas educacionais no Brasil não cumpre essa missão, posto que se percebe que a homogeneização das turmas é uma realidade das instituições de ensino, onde existem agrupamentos de alunos por faixa etária em uma mesma sala ou com saberes e conhecimentos próximos.

Nos últimos tempos, o termo qualidade ganhou destaque na educação brasileira e constituiu a síntese de preocupação de educadores e formuladores de políticas públicas de educação. Dessa forma, foram iniciadas políticas de avaliação educacional, com o objetivo de assegurar padrões mínimos de aprendizagem dos alunos. Um dos desafios postos na atualidade é o de criar condições favoráveis ao aumento do processo de responsabilização pelos resultados que ora elegem professores, ora os gestores escolares pelo sucesso ou fracasso escolar.

A qualidade de ensino atrelada à avaliação externa permite-nos vislumbrar o quanto é importante, no momento atual, analisar a concretude do que se instaura na educação escolar e na aprendizagem do educando. Nesse ponto, o fortalecimento das iniciativas de avaliação externa, como diretriz da política educacional para melhorar a qualidade da educação das escolas, tem gerado algumas tensões em que é possível reconhecer as inflexões que procuram associar índices de qualidade à avaliação externa. E um dos argumentos refere-se à consideração de que a educação escolar é condição indispensável para o desenvolvimento econômico, notadamente para os países caracterizados como emergentes (Machado e Alavarse, 2014).

Avaliar o desempenho escolar da rede pública de ensino é uma das maneiras de avaliar as oportunidades educacionais oferecidas pelas escolas. Uma boa medida para alcançar essa finalidade e que pode surtir uma postura crítica e dialógica perante a equipe escolar, seria associar o valor do teste



padronizado da avaliação dos resultados educacionais ao efeito que a escola gera no nível da aprendizagem alcançada. De forma geral, a avaliação da aprendizagem escolar poderá ser definida como um meio de obter informações sobre os avanços e as dificuldades dos alunos, a fim de conseguir ajudá-los a prosseguir seu processo de educação com êxito (Furlan, 2006).

O IDEB sinaliza a importância de se ter uma visão crítica sobre o que se pauta na avaliação da aprendizagem escolar e a natureza do resultado empregado, visando demonstrar a situação da educação básica no Brasil, por meio do levantamento de informações nas diversas escolas do País, com vista à melhoria da qualidade, o que por sua vez pode representar um avanço nas condições de acompanhamento e monitoramento da situação educacional formal brasileira.

Desse modo, a utilização desse indicador esbarra nas especificidades, dificuldades e divergências de entendimento que podem ocorrer na leitura dos índices e resultados apresentados pelas escolas no Brasil e no seu uso como fonte de ação política para resolver os problemas históricos que acompanham a organização da educação no País.

Para identificar quais são as redes de ensino e as escolas que apresentam maiores fragilidades no desempenho escolar e que, por isso mesmo, necessitam de maior atenção e apoio financeiro e de gestão, o Plano de Desenvolvimento da Educação Básica –PDE, dispõe de um instrumento denominado Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O Ideb pretende ser o termômetro da qualidade da educação básica em todos os estados, municípios e escolas no Brasil, combinando dois indicadores: fluxo escolar (passagem dos alunos pelas séries sem repetir, avaliado pelo Programa Educacenso) e desempenho dos estudantes (avaliado pela Prova Brasil nas áreas de Língua Portuguesa e Matemática) (PDE – SAEB, 2011, p.4).

O IDEB é um dos eixos do PDE que permite realizar uma transparente prestação de contas para a sociedade de como está a educação em nossas escolas.



O IDEB (ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA) COMO ELEMENTO DE AVALIAÇÃO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

É importante salientar que a avaliação do IDEB está assegurada na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, onde também se apresenta a proposta de avaliação externa, no seu artigo: 9º [...] “VI – assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, escola de médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino.” (Título IV, art.9, parag. VI).

Conforme o MEC (2009) é de responsabilidade do INEP a avaliação institucional, bem como as avaliações externas. Todavia os indicadores que dão origem ao IDEB são a Prova Brasil e a aprovação escolar. O MEC (2007) afirma que: “a Prova Brasil deu nitidez à radiografia da qualidade da educação básica” e através destes testes aplicados nas redes de ensino é possível se avaliar cada sistema e cada escola. Clarifica:

O IDEB é um indicador de monitoramento e de qualidade educacional que relaciona as informações de dois outros indicadores: rendimento escolar (aprovação) e desempenho acadêmico. Os dados sobre aprovação são retirados do Censo Escolar e sobre o desempenho, e das notas obtidas em exames padronizados, Prova Brasil e SAEB, no caso. (Fernandes, 2007; p. 32).

Dessa maneira, a conclusão do resultado é dada conforme o trabalho oferecido pela gestão das escolas, ou melhor, quanto menos tempo os alunos permanecem em uma etapa da Educação Básica e quanto mais altas forem suas notas nas avaliações externas, mais altos serão os resultados do IDEB da escola. Todavia, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é o indicador de avaliação oficial do MEC no referido nível de ensino e o INEP é o responsável por sua elaboração e divulgação dos resultados.



PROPOSTAS PARA A MELHORIA DOS RESULTADOS DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB).

As instituições de ensino regem as mesmas leis, regulamentos, planos de estudo e normas conforme as diretrizes do Conselho Nacional de Educação e Ministério da Educação. Assim, dessa forma se tem um indicador educacional que mostra parte da realidade das escolas para tomadas de decisão e acompanhamento do processo educativo, pois é notório destacar que no século XXI, os desafios da gestão escolar, ainda será a qualidade da educação básica. Desse modo, as escolas com objetivo da melhoria de seus resultados devem seguir o Plano de Desenvolvimento da educação com suas diretrizes (PDE) que ajudarão ao desenvolvimento de ações através dos recursos oriundos do governo federal, bem como o Plano Compromisso Todos pela Educação, que estabelece as metas para as redes municipais e estaduais de ensino e estas estratégias devem ser planejadas e executadas por todos da escola.

Conclui-se que, é fundamental entender que as avaliações, servem para se ter um olhar minucioso de como está sendo desenvolvido o repasse deste conhecimento e juntos (esfera federal, esfera estadual e esfera municipal) professores e comunidade escolar devem transformar a realidade de sua escola, caso contrário, refletirá baixos resultados no índice de desenvolvimento da educação básica (IDEB).

METODOLOGIA

A metodologia compreende-se como o caminho a ser seguido pelo pesquisador. Cujas a importância está relacionada com a base da pesquisa e das orientações afim de melhor compreensão do objeto e do problema da pesquisa.

Como paradigma qualitativo entende-se como um enfoque investigativo, cuja preocupação primordial é compreender o fenômeno, descrever o objeto de estudo, interpretar seus valores e relações, não dissociando o pensamento da realidade dos atores sociais e onde pesquisador e pesquisado são sujeitos recorrentes, e por consequência, ativos no desenvolvimento da investigação científica (LIMA, 2001. P.317).



Como procedimento técnico utilizou-se a pesquisa bibliográfica, que serviu de apoio através de materiais já publicados como, livros, artigos de revistas, e materiais disponibilizados na Internet, para dessa forma, obter informações atuais referentes ao tema aqui proposto.

Nas palavras de Gil (2007, p.64) a “pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Sendo assim, uma das principais vantagens da pesquisa bibliográfica é proporcionar ao pesquisador um olhar teórico aprofundado em relação ao objeto da pesquisa.

Sobre a pesquisa documental, segundo Gil (2002), “Vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa”. A pesquisa objetivou gerar conhecimentos para aplicação prática dirigida à solução de problemas específicos.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Este trabalho objetivou analisar os motivos das escolas apresentarem deficiências nos resultados das avaliações nos exames nacionais de 2011 a 2020 e as medidas que os gestores escolares estão tomando para solucioná-las.

É importante destacar o papel dos gestores escolares na gestão da escola, compreendendo o campo de atuação desses profissionais para promoverem à participação dos pais, sempre em consonância com o Plano nacional da educação (PNE) 2011- 2020, onde a instituição deverá sempre estar promovendo essa grande e esperada interação, entre família e escola, chamando e recebendo para participar das reuniões, festas, elaboração do projeto político-pedagógico e do plano de ação da escola.

Vale a pena frisar que a participação dos pais na vida da escola tem sido almejada aos longos dos anos, por todos os atores que compõem a educação, e já destacado em pesquisas internacionais, como um dos indicadores mais significativos na determinação da qualidade do ensino, isto é, aprendem mais os alunos cujos pais participam mais da vida da escola. (Luck, 2011; p. 86).



De acordo, com os PCNs as avaliações nas escolas devem ser continuas, pois deve sempre sobressair os aspectos qualitativos em prol dos quantitativos, dessa maneira o acompanhamento e as intervenções, são necessários sempre e não ocasionalmente, já que os alunos apresentam diversos padrões de aprendizagens, e necessitam avançar, assim avaliar e cuidar, tratar no desenrolar do ato educativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Importante compreender a situação de cada escola, analisar os parâmetros em relação ao Ideb e fazer as indagações: a escola atingiu a meta prevista? Houve crescimento do Ideb ou se já chegou ao valor de referência 6,0? A combinação dos parâmetros mostra se o desempenho da escola no Ideb é preocupante ou se a escola está caminhando rumo à meta de 2022.

Contudo, todas as escolas realizaram o percurso de ações que transpassam pelo Plano de Desenvolvimento da Educação, tendo como essência o PDE interativo, que é uma plataforma de planejamento e gestão de vários programas e ações, assim estas práticas foram pautadas na LDB nº 9394/96 e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), e pelos cadernos encaminhados as escolas do SAEB e Prova Brasil, dessa forma o problema é percebido como as estratégias, práticas e propostas foram desenvolvidas, já que a coordenação da gestão é crucial aos profissionais de ensino, para o aprendizado.

Em vista disso, a gestão escolar tem como papel importante a tomada de decisão, pois divide a responsabilidade com sua equipe. Nessa perspectiva, vale ressaltar que, para elevar os indicadores dependem também de vários fatores como: apoio da secretaria de educação, liderança da gestão, recursos de apoio atrativos, alinhamento do currículo aos objetivos, formação profissional dos professores em todas áreas do saber, valorização e incentivo do profissional, acompanhamento permanente aos docentes e discentes, articulação e busca de parcerias para o desenvolvimento de projetos, maior comprometimento dos gestores municipais, gestores escolares e da equipe que compõe a escola etc., somente desta forma será efetiva a qualidade no ensino nas escolas e em nosso País.



Observa-se que para atender essa demanda, isso pode ser considerado um grande desafio. Mas é oportuno destacar que a melhoria da qualidade da educação é realmente um grande desafio, pois envolve interesses diversos e distintas demandas, como em política de formação continuada, investimentos em política salarial, melhoria na infraestrutura das escolas, gestão comprometida com a equidade e distribuição dos recursos destinados para este fim.

Mediante as informações obtidas nesta pesquisa, sugere-se que os governos, Estados e Município, bem como os gestores escolares e professores em sala de aula, desenvolvam ações preventivas que garantam agir sobre o problema da qualidade do ensino-aprendizagem ministrado nas escolas. Dessa forma, essas, estratégias, práticas e propostas, garantam o aumento do IDEB, antes que elas se elevem para níveis mais preocupantes. Tais ações poderão promover a redução/eliminação do ensino e aprendizagem em nosso País.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Proposta preliminar. Segunda versão revista. Brasília: MEC, 2016.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 23 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, Brasília, Brasil: p. 26, 2007..

BRASIL. IDEB: **monitoramento objetivo da qualidade dos sistemas a partir da combinação entre fluxo e aprendizagem escolar**. In: Em Questão 4. O Plano de desenvolvimento da educação. São Paulo, Brasil: Ação Educativa. 2007.

BRASIL. MEC. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica** – Entenda as metas de qualidade. MEC/INEP, 2009.

BRASIL. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília, Brasil: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 86 p, 2014. – (Série legislação; n. 125).



BRASIL. Prova Brasil: **avaliação do rendimento escolar, ensino fundamental, matrizes de referências, tópicos e descritores**. Brasília, Brasil: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007.

FERNANDES, R. **Nota Técnica– Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. Brasília: INEP, 2007. 26 p, 2007.

FURLAN, M. I. C. **Avaliação da aprendizagem escolar**: convergências e divergências entre os atores do processo de uma escola pública de ensino médio. Dissertação de mestrado. Pós-graduação em Educação Linha Práxis pedagógica e gestão de ambientes educacionais. Presidente Prudente, SP, 2006.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2007.

LUCK, H. **A gestão participativa na escola**. Petrópolis-RJ, Brasil: 6. ed., Vozes. Série Cadernos de Gestão, 2011.

MACHADO, C.; ALAVARSE, O. M. Qualidade das escolas: tensões e potencialidades das avaliações externas. **Educação & Realidade**, v. 39, n. 2, p. 413-436, 2014.